

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – MAIO/2021

Prazo	Obrigação	Disposição Legal
Até dia 21	As Prefeituras, Câmaras, Fundos de Previdência, Institutos de Previdência, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes (todos municipais), deverão enviar as alterações de cadastros contábeis do mês de abril de 2021 (balancetes isolados e conjuntos – quando couber).	Comunicado SDG nº 57/2020, do TCE-SP.
Até dia 21	As pessoas jurídicas e demais entidades deverão enviar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) inativa. OBS.: Desde que esteja em situação inativa ou que não tenham débitos a declarar, a partir do 2º (segundo) mês em que permanecerem nessa condição.	Inciso IV, do artigo 5º, da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021.
Até dia 21	A Prefeitura deve apresentar à Receita Federal, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, relativa ao mês de março de 2021. OBS.: A DCTF deverá ser elaborada para informar o PASEP transferido à União, como também, as retenções e o recolhimento por meio do DARF, do Imposto de Renda retido sobre serviço prestado sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), honorários de sucumbência, aluguéis, ou, sobre os pagamentos a outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conservação, manutenção, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros, quando houver a retenção no mês de competência.	“caput”, do artigo 9º c/c artigos 3º, 7º e 14, todos da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021.
Até dia 21	Os órgãos públicos do Poder Executivo do Município, a Câmara, as autarquias e fundações instituídas e mantidas pela administração pública do Município, bem como, os consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio, inclusive na contratação de pessoas jurídicas e físicas, com ou sem vínculo empregatício, devem apresentar à Receita Federal, a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, relativa ao mês de março de 2021. OBS.: A DCTF deverá ser elaborada somente quando houver a retenção no mês de competência, e o recolhimento por meio do DARF, do Imposto de Renda retido sobre serviço prestado sem vínculo empregatício (contribuintes individuais), honorários de sucumbência, aluguéis, ou, sobre os pagamentos à outras pessoas jurídicas referentes serviços de: limpeza, conservação, manutenção, serviços profissionais, propaganda, assessoria creditícia, dentre outros.	“caput”, do artigo 9º c/c artigos 3º, 7º e 14, todos da Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021.

Atenciosamente,

GEPAM , 20 de maio de 2021.

